«Por detrás de uma figura sóbria e discreta, enconde-se um trabalhador incansável, de uma tenacidade invulgar, e que à frente do Comité soube interpretar como poucos a ideia de que o "sonho comanda a vida".»

Dr. Jorge Sampaio
Presidente da República
(1996-2006)

Na história do Movimento Olímpico nacional, com mais de um século, registam-se longos períodos em que escasseiam os elementos documentais de consulta ou em que os que existem não permitem perceber o modo como os seus protagonistas viveram os diferentes acontecimentos que assinalaram o seu magistério.

Esta escassez de bases documentais de consulta, designadamente de testemunhos sobre os momentos marcantes do Movimento Olímpico em Portugal, limitam a sua historiografia e a do desporto em termos gerais, o que faz com que a publicação do livro *Crónica Olímpica*, da autoria do comandante José Vicente Moura, seja desde logo de saudar.

Acresce que o seu autor é a personalidade que na história do Movimento Olímpico nacional mais tempo esteve no exercício de funções como dirigente nesse âmbito, como vogal, como secretário-geral-adjunto, como chefe de Missão, como vice-presidente e, depois, como presidente, pelo que o seu testemunho é absolutamente essencial como legado de um período suficientemente longo da vida desportiva e olímpica em Portugal.

Porém, se recolher o seu testemunho é, por todas essas razões, de particular importância, existem outros motivos que reforçam essa pertinência.

O comandante José Vicente Moura exerceu funções no dirigismo desportivo em outras instâncias associativas e deteve responsabilidades em cargos de natureza política, sendo por isso alguém que é depositário de uma experiência e de um conhecimento que não se esgotam nas questões olímpicas, mas são transversais a todo o desporto nacional.

Esse mérito foi oportunamente reconhecido em termos nacionais, com a outorga da Medalha de Honra ao Mérito pelo Governo de Portugal, e em termos internacionais, com a atribuição do Diploma de Mérito dos Comités Olímpicos Europeus, distinções em que tive a honra de ser o proponente, o que reforça a imagem do autor como uma personalidade de elevado relevo.

O trabalho que agora nos traz descreve cronologicamente, segundo ele, os acontecimentos que tiveram lugar nesse largo período de tempo de exercício de funções como dirigente olímpico, incluindo as relevantes alterações legislativas que ocorreram à época no desporto português e no âmbito das quais foi um participante ativo.

O autor cumpre, deste modo, um dever para com a História, ao perpetuar as suas memórias, e o Comité Olímpico de Portugal sente-se honrado com a atitude de uma das personalidades mais marcantes que dirigiram esta centenária instituição.

Por tudo isto, não só é devida uma palavra de saudação e de homenagem ao comandante José Vicente Moura pelo trabalho desenvolvido na elaboração do livro, como também, sobretudo, pelo testemunho que quis deixar escrito acerca daquelas que foram as suas experiências enquanto presidente do Comité Olímpico de Portugal.

Dr. José Manuel Constantino
Presidente do Comité Olímpico de Portugal

O desenvolvimento do desporto na sua componente nobre, a de competição, viria, ao longo de todo o século XX, a atingir patamares que seriam impensáveis nos anos derradeiros do pretérito século, quando nos mais inóspitos recintos desportivos os portugueses começaram a exercitar as suas capacidades atléticas. Este crescimento deveu-se obviamente ao trabalho e estoicismo dos atletas, mas também, e quase diríamos sobretudo, àqueles que, finda a sua carreira mais ou menos longa e mais ou menos brilhante, se dedicaram de alma e coração à tarefa do dirigismo desportivo, orientando e engrandecendo com os seus conhecimentos multifacetados um edifício, constituído por clubes, associações e, mais tarde, federações, que no dealbar do século XX possuía apenas ténues alicerces.

Foram jovens, e alguns já menos jovens, que, com as mais diferentes formações académicas ou profissionais, contribuíram com os seus diversificados conhecimentos e experiência de vida para o desenvolvimento que o desporto veio a registar. O monolitismo, de uma única área de formação, que muitas vezes hoje se pretende implementar não teria possibilitado um tão abrangente desenvolvimento.

O autor do livro, a quem dedico estas linhas, é oriundo, como muitos outros notáveis desportistas nacionais, das Forças Armadas, um bastião desportivo relevante para muitas modalidades ao longo de todo o século XX.

Conheci pessoalmente o comandante Vicente Moura em 1985, quando passei a integrar a Comissão Executiva do Comité Olímpico Português (que só em 1992 passaria a ter a sua atual designação, Comité Olímpico de Portugal, afinal a terceira da sua história, depois de Sociedade Promotora da Educação Física Nacional entre 1909 e 1912).

Portugal vivia então, em termos olímpicos, um momento que se considerava ímpar, no rescaldo dos Jogos da XXIII Olimpíada, durante os quais os atletas nacionais tinham alcançado, pela primeira vez na nossa história olímpica, três medalhas, sendo uma de ouro, conquistada por Carlos Lopes, na maratona. Para se aquilatar o nível da participação, só trinta e sete anos depois é que este número de medalhas seria suplantado!

A preparação para os Jogos de 1984 foi revestida de cuidados inéditos no contexto das seleções nacionais, com apoios significativos aos atletas (15 milhões de escudos, o equivalente, hoje, a 75 000 euros). O chefe da Missão Olímpica, escolhido pela Comis-

são Executiva para esses Jogos, realizados em Los Angeles, tinha sido precisamente José Vicente Moura, que, após uma carreira como nadador, optara por partilhar com o movimento associativo o manancial de conhecimentos recolhidos nesse âmbito.

Com o comandante muito aprendi nos oito anos em que fui membro da Comissão Executiva, nomeadamente quando ele atingiu, muito naturalmente, em face do seu currículo como atleta e dirigente credenciado, a presidência do COP, funções nas quais, apesar de um hiato entre 1993 e 1997, se manteria até 2013.

A presidência do COP, o prestígio acumulado e os conhecimentos granjeados levaram-no a uma abrangente multiplicidade de cargos e galardões, quer nacionais, quer internacionais, sendo um dos mais relevantes aquele em que o movimento associativo desportivo lhe solicitou a liderança da então denominada Aliança do Desporto Federado, que deu origem à Confederação do Desporto de Portugal (CDP).

Em 2018, a CDP haveria de reconhecer o seu trabalho em prol do desporto ao lhe atribuir o mais alto galardão distribuído na anual Gala do Desporto, o Prémio de Alto Prestígio da CDP.

Perante tão vasta experiência, num muito alargado período de tempo ao serviço do desporto, e tendo acompanhado de muito perto a evolução deste em Portugal, o seu testemunho, que agora apresenta em forma de livro, será mais um importantíssimo contributo para todos aqueles que no futuro pretendam aprofundar os seus conhecimentos acerca do tema.

Portugal é reconhecidamente um país onde a recolha e a preservação de documentação de índole histórica são, em algumas áreas, reconhecidamente pobres. O desporto não poderia ser exceção e, infelizmente, a falta de fontes ao dispor daqueles que pretendem, ou pretenderam, aprofundar estudos sobre a história do desporto em Portugal tem-se revelado, em largos períodos de tempo, algo extremamente limitativo para o aparecimento de mais obras sobre o tema.

Até neste contexto Vicente Moura é um exemplo, ao oferecer-nos a sua visão do importantíssimo e longo período de tempo que testemunhou diariamente para que nós e as gerações vindouras possamos aprender o caminho frequentemente árduo que o desporto nacional trilhou no seu desenvolvimento.

Dr. Carlos Paula Cardoso
Presidente do Confederação do Desporto de Portugal

«O importante na vida não é o triunfo, mas o combate, e o essencial não é vencer, mas ter-se batido bem.

Para que cem se entreguem à atividade física, é necessário que cinquenta pratiquem desporto; para que vinte se especializem, é indispensável que cinco sejam capazes de proezas admiráveis.»

Barão Pierre de Coubertin
Almanach Olympique
(1920)

Em jeito de abertura

O facto de ter tido a oportunidade, ainda em criança, de integrar a equipa de natação de um histórico e muito prestigiado clube como o Sport Algés e Dafundo (SAD) permitiu-me não apenas satisfazer o inato desejo de competição, comum a todos os jovens, mas, sobretudo, crescer entre um grupo de rapazes e raparigas cujo convívio, ao contrário do que era hábito na época, não refletia as desigualdades sociais existentes na sociedade portuguesa. Os treinos e as competições de natação, a par das brincadeiras, das peripécias e da intensa atividade social que se vivia no clube, marcaram a minha infância e adolescência, deixando gratas recordações que ficaram para a vida e dando uma contribuição decisiva para a formação do meu carácter.

O período em que fiz natação no Algés, acabou por ter uma importância determinante no meu percurso de vida. A visão de adesão ao desporto incutida pela filosofia que vigorava no clube relativamente à prática desportiva formatou a minha forma de pensar, da mesma forma que me inculcou o hábito da prática regular de atividade física, cujas virtualidades se mostrariam evidentes anos mais tarde, quando, nos finais de 2015, fui acometido de um enfarte agudo do miocárdio e a minha robustez física foi então o fator determinante que me permitiu sobreviver a esse grave acidente cardiovascular.

Em 1952, com 15 anos apenas, acompanhei entusiasmado, através da imprensa, a realização dos Jogos Olímpicos em Helsínquia, na Finlândia. A motivação maior devia-se, naturalmente, à vontade de acompanhar de perto a prestação dos atletas do Sport Algés e Dafundo que participavam no evento, mas, desde aí, não mais deixei de me interessar pelos Jogos Olímpicos, muito em especial pelos resultados desportivos obtidos pelos nossos atletas, sem contudo ter qualquer interesse particular pelas atividades desenvolvidas pelos Comités Olímpicos, português ou internacional.

O gosto que adquiri pelo desporto permitiu-me o acesso a um longo e apaixonante percurso no dirigismo desportivo, que percorri em paralelo com a minha carreira na Armada, no âmbito da qual, prestando serviço em navios ou exercendo cargos em terra, tive com frequência de me ausentar do País, por vezes durante largos períodos de tempo, o que não me impediu, contudo, de continuar a acompanhar a atividade desportiva que se ia realizando em Portugal. Afortunadamente, sempre pude contar com a ajuda da minha família, que, com compreensão e amor, me incentivou a desempenhar,

na Marinha e no desporto, as múltiplas e crescentes responsabilidades que fui acumulando e me proporcionou a tranquilidade necessária para tal.

Durante o longo período em que exerci funções como dirigente desportivo, tive oportunidade de conviver com pessoas, conhecer lugares e participar num grande número de eventos de importância mundial, circunstância que, de outra forma, não me teria sido proporcionada. Não que a minha carreira profissional na Marinha não me tenha facultado oportunidades e momentos igualmente inesquecíveis, pois recordo-a com orgulho, honra e satisfação, mas não seria ela, só por si, a poder proporcionar-me a oportunidade de privar com atletas, técnicos, dirigentes desportivos, políticos e governantes, nacionais e internacionais, pessoas por vezes dotadas de qualidades excecionais e com lugar assegurado na história do desporto e do mundo.

O registo aqui apresentado diz respeito, sobretudo, às mais de três décadas em que integrei a Comissão Executiva do Comité Olímpico de Portugal(COP) um período que se estendeu entre março de 1981 e março de 2013, com um curto hiato apenas, durante o qual exerci funções diretivas em clubes. Esta crónica corresponde ao desejo de narrar acontecimentos e factos desportivos de uma época e traduz, naturalmente, o meu olhar pessoal sobre a verdade e a minha interpretação dos factos, mas faço-o motivado pela convicção de que o seu registo é necessário e importante.

O exercício de escrita, que é necessariamente direcionado aos outros, assumiu neste caso também contornos de auto-avaliação. A oportunidade de relembrar a minha passagem por lugares e acontecimentos permitiu-me lançar um olhar crítico sobre os vários intervenientes nas situações, incluindo eu próprio e o papel que então desempenhei, com as circunstâncias específicas do momento e da época. Esse exercício levou-me à interrogação sobre a qualidade das decisões que tomei ao longo desse percurso, sobretudo aquelas que disseram respeito ao Comité, às quais se juntavam outras questões, como, por exemplo, se as minhas posições tinham correspondido à pessoa que desejava ter sido, ou se tinham efetivamente traduzido a forma como vejo o desporto. Agora, com um olhar distanciado, estou certo de que, na grande maioria dos casos, nunca deixei de defender princípios para, em seu lugar, privilegiar pessoas ou grupos. Nalguns casos, consegui defender com êxito aquilo que considerava correto, noutros, infelizmente, faltaram-me os meios ou até mesmo o saber.

Porém, mais importante do que as conclusões que eu mesmo posso retirar daquilo que fiz é o juízo dos que me lerem neste relato, onde transparece, acima de tudo, a linha condutora que adotei enquanto dirigente desportivo, centrada na concretização de objetivos e não no estudo teórico. Este registo foi escrito sem pressas, durante um espaço de tempo de três anos, entre 2016 e 2019, período durante o qual fui juntando letras, formando palavras e alinhando frases, tentando, tanto quanto me era possível, ultrapassar um irremediável escasso talento literário. Para esse trabalho, socorri-me principalmente de registos pessoais, mas também, e sempre que necessário, de documentação do arquivo do COP, de livros e de notícias de imprensa. Passei para o papel factos e acontecimentos que con-

siderei importantes ou mais significativos ocorridos durante o período em que fui presidente do Comité Olímpico, com a intenção de que esse registo não se perca, esses factos não caiam no esquecimento, por incúria de investigadores, apagados da memória oficial.

Esta vontade, que é também um imperativo de consciência, justifica-se pela constatação do facto de alguns dirigentes desportivos contemporâneos, quando convidados a pronunciar-se publicamente sobre o passado recente das instituições que dirigem, preferirem silenciar uma parte significativa dos factos e dos acontecimentos, naquilo que parece traduzir uma vontade deliberada de ocultar os méritos do trabalho efetuado pelos antecessores. Sem querer desvalorizar a importância de deixar o registo público de acontecimentos relevantes no panorama da história do desporto nacional, o que mais me motivou enquanto «cronista», foi o o facto de poder deixar aos meus, à minha família e aos meus amigos, a narrativa de acontecimentos que vivi no desempenho de uma atividade muitas vezes fascinante, que exerci com honra e com gosto, empenho e sentido de missão, num percurso que terminei com uma sensação de dever cumprido. Como acontece com frequência no desporto, vivi vários momentos de inesquecível alegria, outros de profunda tristeza. Por vezes senti-me desencorajado, quase sempre devido a dificuldades que tive de enfrentar com burocratas e políticos e não por razões estritamente desportivas.

Disse Harry Truman, que foi presidente dos Estados Unidos entre 1945 e 1953: «É fantástico o que se pode atingir se não estivermos preocupados com quem fica com os créditos». Sempre que, face a grandes dificuldades, me faltava a motivação, encontrei sempre nos amigos o ânimo de que precisava para continuar a avançar. Embora me interesse mais pela ação que pelo pensamento, nunca desprezei uma ideia quando considerei que ela poderia ser vantajosa para o Comité ou para o desporto associativo em geral, mas aprendi com mágoa que, mesmo quando as ideias são úteis e benéficas, se colidirem com interesses instalados, em vez de apreço recebemos incompreensão.

As políticas desportivas que, desde há muito, são implementadas no nosso país, por inaplicabilidade ou desadequação, levam à estagnação, fazem arrastar os graves problemas que afetam o desporto nacional, transformando por vezes a discrepância em normalidade, como é o caso da atuação das claques de futebol. Nas múltiplas relações que mantive com dirigentes políticos e desportivos, senti-me muitas vezes compreendido e apoiado, mas noutras ocasiões fui objeto de profundas críticas, quase sempre motivadas pelos meus escrúpulos, mas também, com muita frequência, pela ausência dos de quem me criticava.

Cedo fui obrigado a compreeender que o mérito, individual ou da instituição, não garantia por si só o reconhecimento e apoio. Ainda que fizéssemos prova de o merecer, só obteríamos do poder político o que este nos quisesse dar. É usual dizer-se que «a experiência da vida é pessoal e intransmissível», mas, ainda que assim não fosse, as condições e valores são hoje diferentes das que vigoravam no período a que me refiro, pelo que me abstenho de apontar linhas de rumo ou dar conselhos a quem, hoje como

amanhã, esteja ao leme do Comité Olímpico, preferindo remeter-me a uma posição tão bem ilustrada pelo escritor espanhol Camilo Cela: «Eu não dou conselhos, que as pessoas se equivoquem sozinhas». Cada um de nós, seja qual for a sua profissão, vê o mundo de forma distinta, sendo este, afinal, o conjunto das visões que temos dele. Como diz o Talmude, «Não vemos o mundo como ele é, mas sim como nós somos».

A minha estadia em Olímpia, na Grécia, em 1981, teve o efeito de uma epifania. Tocou-me profundamente tomar conhecimento, em detalhe, da genial ideia do barão Pierre de Coubertin, tornando-se para mim evidente que o Movimento Olímpico tinha dado, nas últimas décadas, não só um muito importante contributo à erradicação da discriminação de raça, cor, sexo, religião e mesmo política do planeta, como tornara o mundo mais pacífico. Imbuído desse sentimento de pertença, durante o período em que exerci funções no COP, particularmente como seu presidente, procurei sempre estar ao serviço do Movimento Olímpico, dessa visão do desporto e do mundo. Não fui naturalmente o único, pois antes e certamente depois de mim outros o farão. Apercebi-me de que o Comité Olímpico Internacional (COI), tal como muitas outras organizações desportivas mundiais, funciona em círculos concêntricos e os membros que fazem parte do restrito círculo do poder dominam a organização. Mas, ainda que assim seja, o Movimento Olímpico, tanto no passado como no presente e no futuro, é um valor universal que importa preservar e defender. Enquanto dirigente desportivo, tenho consciência de que a obtenção de resultados desportivos, seja qual for o nível, depende fundamentalmente da forma como se gere a instituição, seja um clube, uma federação ou o Comité Olímpico. Uma gestão esclarecida baseia-se no minucioso estudo da situação e tem em conta os meios à disposição. Delineada uma estratégia de atuação, a decisão a implementar depende dos recursos administrativos, financeiros, técnicos e políticos que se tem à disposição. Nessa atuação, sempre privilegiei a minha consciência em detrimento do oportunismo circunstancial, sem ignorar não ser essa a escolha de uma parte significativa dos dirigentes desportivos.

A elaboração do Plano de Atividades, feito anualmente para o ano seguinte, mobilizou sempre a totalidade dos recursos que tinha ao meu dispor e, uma vez aprovado em assembleia plenária, considerava que estavam definidas as ações a executar, assim como a sequência da sua implementação. Privilegiei sempre a amizade, o respeito e a consideração nas relações que estabeleci com as pessoas que me rodeavam, o que me proporcionou um sólido apoio da sua parte. Tive sempre consciência de que em grupo poderia sempre realizar mais e melhor trabalho do que sozinho. Abstive-me de ostentar conhecimentos reais ou fictícios, sabendo bem que, no desporto, quando esta forma de comportamento não se traduz na obtenção de resultados de excelência, é apenas uma roupagem, que esconde o fracasso e a ineficácia.

Em 1980, adquiri um modelo Sinclair ZX80, o primeiro computador que apareceu no mercado. Tinha apenas 1k de memória RAM e 4k de memória ROM, ligava-se por cabo ao televisor e tinha um sistema operativo rudimentar, um editor de textos que não

os guardava e usava a linguagem BASIC. Foi este o meu primeiro contacto com os computadores. Embora, ao longo dos tempos, me tenha esforçado para retirar da informática todas as vantagens que esta pode proporcionar, reconheço que, comparativamente ao utilizador médio dos nossos dias, sou muito limitado. A gestão desportiva, além de meios informáticos, necessita hoje da participação de especialistas em diversificadas áreas, contributos que, por falta de recursos financeiros, não pude utilizar ao serviço do Comité Olímpico.

Ao longo da narrativa, nos factos e eventos descritos de forma simplificada e cronológica, por ser um estilo que me é familiar na Armada, nem sempre pude ignorar, como gostaria, situações ou acontecimentos que, por terem uma incidência direta no exercício das minhas funções no COP, não pude deixar de relatar. Não por vontade de ajuste de contas com terceiros, mas porque a sua narração permite enquadrar a minha atuação enquanto presidente do COP. Tentei, contudo, evitar emitir juízos de valor. Naturalmente que o leitor poderá, se desejar, aprofundar a informação sobre os acontecimentos que descrevo através de outras fontes, pois existe, para a maior parte dos assuntos aqui tratados, uma vasta documentação, incluindo uma grande profusão de registos de imprensa.

Ao longo dos anos, foi-me dada a oportunidade e o privilégio de conhecer pessoas de quem guardo uma excelente impressão, e de me relacionar com elas, incluindo algumas com quem tive então grandes discordâncias de opinião, o que não impediu mais tarde de estabelecermos relações de respeito, consideração e mesmo amizade. Nunca deixei de me ver confrontado com dois caminhos: questionar o poder político dominante ou aceitar decisões ou atos que, ainda que podendo trazer-me prestígio pessoal, colidiam com os interesses do Comité Olímpico ou com aquilo que eu considerava, em consciência, ser o interesse do desporto português. A mesquinhez política, ontem como hoje, recebe mal qualquer juízo critico. Sei bem que a firmeza das convicções não comprova o seu acerto e, por esse motivo, sempre que tomei consciência de que me faltava a razão, tentei alterar a minha posição e fugir ao domínio da teimosia, que obliteraria o entendimento. Com o passar dos anos, fui fazendo escolhas, umas revelando-se acertadas e adequadas, outras nem por isso. Contudo, coloquei sempre o interesse do Comité Olímpico ou do associativismo desportivo, tal como eu o entendo, acima das minhas conveniências pessoais.

No prefácio da obra *A Busca da Excelência*, da autoria do reputado Prof. José Araújo, escrevi: «Por vezes interrogo-me, como certamente acontece a todos nós, sobre o sentido real da nossa vida. Constitui ela uma sucessão aleatória de acontecimentos e oportunidades, que nos conduzem de forma mais ou menos inconsciente a um determinado patamar da vida profissional, familiar e social, ou, pelo contrário, existe um fio condutor que, sem nos darmos conta disso, somando avanços e recuos, nos conduz a determinada meta, a um objetivo final?» Sem poder dar uma resposta cabal à questão, considero que o importante não é, necessariamente, o que planeamos ser a nossa vida, mas o que nela encontramos e o modo como lidamos com isso.

Comité Olímpico Português
XXIII Olímpiada, 1981-1984

Estávamos num dia de março de 1981, o sol tinha acabado de se pôr no horizonte, o tempo estava fresco, embora dentro da sala do antigo e degradado edifício da rua do Arco do Cego, em Lisboa, a temperatura fosse agradável. Como muitas vezes acontecia, estava ocupado a despachar os habituais assuntos pendentes, sentado num dos lados menores da larga mesa de madeira que ocupava quase por completo a minúscula sala da Direção da Federação Portuguesa de Natação (FPN). Os três últimos andares desse edifício, que existia então no local exato onde hoje está situada a monumental sede da Caixa Geral de Depósitos, e que tinham sido alugados pela Direção-Geral dos Desportos (DGD), albergavam praticamente todas as sedes das federações nacionais de desporto.

Sentado à secretária, vi entrar num rompante o Eng. Cavaleiro Madeira, presidente da Federação, que me disse: «Vicente Moura, estamos nas duas listas. Quando se realizarem as eleições para o Comité Olímpico, mesmo que perca a lista do Eng. Correia da Cunha, na qual eu estou integrado, a natação fará parte do Comité, dado que o incluí a si na lista do Eng. Lima Bello». Dado o conhecido favoritismo do Eng. Correia da Cunha, ex-membro do Governo de Sá Carneiro e então presidente da Federação Portuguesa de Atletismo, não fiquei grandemente entusiasmado com a notícia, prosseguindo tranquilamente o trabalho com que estava ocupado e que decorria das minhas funções de secretário-geral da Federação, cargo que *exercia* desde 1977. Ainda assim, pensei para com os meus botões como teria Cavaleiro Madeira conseguido colocar um membro da Direção da FPN em cada uma das listas candidatas à Direção do Comité Olímpico. Cavaleiro Madeira foi presidente da FPN entre 1973 e 1982 e os seus mandatos foram marcados pelo excelente trabalho que fez na Federação. Entre outros méritos, apostou nas camadas jovens, permitindo à natação portuguesa ser competitiva e conquistar inúmeras medalhas um pouco por toda a Europa. Esta escolha de Cavaleiro Madeira permitiu comprovar que esta faixa etária não era a responsável pela ausência de marcas e resultados de nível internacional, mas sim a inexistência de piscinas adequadas para o treino e competição de natação, ao que acrescia ainda o incipiente trabalho feito pelas associativas regionais, o escasso financiamento estatal e a inexistência no nosso país de um verdadeiro sistema desportivo. Era o conjunto destas dificuldades que obstaculizava o acesso dos jovens à modalidade, provocando uma escassez crescente do número de praticantes.

Facto é que as eleições no Comité Olímpico Português se realizaram, a 12 de março de 1981, e, contrariando todas as expectativas, a lista encabeçada por Lima Bello foi a mais votada e eu, sem nada ter feito para tal e sem estar de todo à espera, fui eleito vogal da Comissão Executiva (CE), tomando posse poucos dias depois.

Lima Bello, que era agora o novo presidente do COP, exercera conjuntamente com o anterior presidente do Comité, o brigadeiro Sales Grade, a chefia da Missão aos Jogos Olímpicos que tinham decorrido no ano anterior, na capital da União Soviética. Antecedendo a realização do Jogos de Moscovo, o presidente dos Estados Unidos, Jimmy Carter, liderou um boicote internacional ao evento, como protesto contra a invasão do Afeganistão por tropas da União Soviética em dezembro do ano anterior. Face ao descontentamento dos atletas dos países que tinham anunciado a adesão ao boicote, em março de 1980 realizou-se em Genebra, na Suíça, um encontro que reuniu representantes dos governos de dez países e dois outros ainda, como observadores, e que tinha como objetivo organizar, nesse verão, uma grande competição desportiva internacional, aberta à inscrição dos atletas pertencentes às nações que tinham anunciado que não compareceriam em Moscovo. Esta iniciativa, que partiu dos governos dos Estados Unidos, Inglaterra e Austrália, foi apelidada pela imprensa internacional de «Contra Jogos Olímpicos».

Muito embora o nosso Ministério dos Negócios Estrangeiros tivesse publicamente declarado «não estar nenhum representante português na reunião de Genebra», o facto é que nela participou, ainda que na qualidade de observador, o Prof. Lopes Marques, que chefiava o Instituto Nacional do Desporto (IND), um departamento da Direção-Geral dos Desportos, cujo diretor era o Prof. Reis Pinto. Este episódio contribuiu, muito provavelmente, para que, em 1981, Reis Pinto tivesse solicitado ao Governo a dispensa do cargo de diretor da DGD, tendo sido substituído exatamente pelo Prof. Lopes Marques. O COI, por seu lado, tentava também contrariar o boicote aos Jogos de Moscovo, posição na qual era acompanhado pela esmagadora maioria das federações desportivas internacionais.

No mês de maio, o brigadeiro Sales Grade foi convocado via telefone para comparecer no local onde reunia o Conselho de Ministros, encontro durante o qual o vice-primeiro-ministro Prof. Freitas do Amaral transmitiu ao presidente do COP a posição governamental relativamente à prevista participação de Portugal nos Jogos de Moscovo. Dias depois desta reunião, foi recebido no COP um ofício do Governo, emitido pelo ministro da Educação e Ciência e assinado por Sá Carneiro, Freitas do Amaral, Victor Crespo e Araújo e Sá, respetivamente primeiro-ministro, vice-primeiro-ministro e ministro dos Negócios Estrangeiros, ministro da Educação e Ciência e secretário de Estado da Juventude e Desportos, comunicando o seguinte: «O Governo vem por este meio comunicar a V. Exa., e por seu intermédio ao Comité Olímpico Português, que o Conselho de Ministros, na sua reunião de 2 de maiop. p., deliberou tomar uma posição oficial sobre a questão da participação ou não participação de Portugal nos Jogos Olímpicos

de Moscovo (…). Resolveu dirigir-se ao Comité Olímpico Português (cuja autonomia de decisão inteiramente respeita) para lhe recomendar que, a exemplo das suas congéneres estrangeiras que já deliberaram no mesmo sentido, se decida pela não participação de Portugal nos Jogos Olímpicos de 1980, em Moscovo».

Os responsáveis do Comité, assim como muitos dos dirigentes de federações que tinham atletas selecionados para Moscovo, receberam esta recomendação como uma intromissão na autonomia do COP. Por esse motivo, decidiram submeter o assunto à consideração das federações em assembleia plenária. E, nessa conformidade, a 15 de maio de 1980, sob a égide de Sales Grade, realizou-se uma histórica e muito concorrida assembleia plenária, na qual, depois de um longo e participado debate, foi votada uma moção, redigida pelo Dr. Nobre Ferreira, que, votada em escrutínio secreto, decidiu por voto maioritário (20 votos a favor, 15 contra e 3 abstenções), a presença do COP nos Jogos de Moscovo.

Em reação a esta decisão do Comité, procurando obstaculizar a participação e sem outros meios para fazer prevalecer a sua vontade, o Governo anunciou que não seria atribuído qualquer subsídio financeiro para a deslocação da Missão à capital soviética e que a comitiva não poderia desfilar em Moscovo com a bandeira nacional. As medidas governamentais chegaram ao ponto de, por despacho, ameaçar exercer represálias sobre os atletas que participassem nos Jogos, impossibilitando-os, por exemplo, de vir a ser admitidos como funcionários públicos.

Sem baixar os braços, o Comité decidiu recorrer à subscrição pública para financiar a deslocação a Moscovo e fazer desfilar os nossos atletas na cerimónia de abertura dos Jogos sob a bandeira do Comité Olímpico Internacional. O dinheiro que o COP angariou na subscrição pública, cerca de 450 000 escudos, foi objeto de polémica, afirmando-se que provinha, quase exclusivamente, de donativos efetuados por militantes ou simpatizantes comunistas, razão pela qual acabou por não ser utilizado, recorrendo o Comité exclusivamente às suas reservas para financiar a deslocação dos atletas a Moscovo.

Pela particularidade da situação, o COP decidiu não impor a presença na Missão dos atletas que se encontravam selecionados. Dando liberdade de escolha, só se deslocariam a Moscovo os atletas que se declarassem disponíveis. A Missão Olímpica, confiada a Lima Bello e presidida pelo brigadeiro Sales Grade, depois de excluídos alguns elementos que se recusaram a participar, foi constituída por apenas 11 atletas: Rui Abreu, Paulo Frischknecht (natação), Avelina Alvarez (ginástica), João Branco, João Mendonça, António Roquete (judo), Raul Dinis (halterofilia), João Pinto (boxe), João Campos, Anacleto Pinto e João Sena (atletismo).

Participaram nos Jogos de Moscovo 80 países, incluindo alguns que, sem diretiva específica, tinham deixado a decisão ao arbítrio dos respetivos comités, contra um total de 61 países que boicotaram os Jogos. O Governo, honra lhe seja feita, acabou por aceitar a situação e as decisões tomadas, sem exercer represálias, nem sobre o Comité, nem sobre os atletas que estiveram presentes em Moscovo.

Em 1981, no decorrer das reuniões da Comissão Eleitoral, eleita a 26 de fevereiro com a função de elaborar a lista oficial às eleições no COP, o brigadeiro Sales Grade não recolheu apoios suficientes para continuar a desempenhar o cargo de presidente do Comité, tendo a maioria dos membros da comissão apoiado Lima Bello como seu substituto. Ainda assim, deu entrada no Comité uma lista opositora à oficial, presidida pelo Eng. Correia da Cunha, ex-deputado à Assembleia Nacional integrado no grupo de Sá Carneiro, a denominada «Ala Liberal», e presidente da Federação de Atletismo. No elenco da lista de Correia da Cunha constava, entre outros, o presidente da FPN, Cavaleiro Madeira. A principal razão para que esta lista tenha aparecido foi o desejo do Governo e de alguns dirigentes federativos de afastar do Comité os dirigentes conotados como sendo de esquerda ou que com ela colaboravam. Afastado o brigadeiro Sales Grade, a intenção desse grupo era agora de impedir a eleição de Lima Bello, o dirigente que no ano anterior, contrariando o boicote governamental, chefiara a Missão a Moscovo. Contudo, a lista próxima do Governo perdeu as eleições e a decisão nas urnas atribuiu a vitória à lista chefiada por Lima Bello.

A Comissão Executiva, eleita a 12 de março, era constituída por um conjunto de personalidades de reconhecida competência e experiência na área desportiva, incluindo alguns antigos atletas olímpicos. Presidida por Lima Bello, tinha como vice-presidente Fernando Machado, o secretário-geral David Sequerra, o secretário-adjunto Luís Caldas, o tesoureiro Manuel Moura e os cinco vogais: Robalo Gouveia, Eduardo Viana Monteiro, Matos Soares, Celorico Moreira e eu próprio.

Justifica-se referir em detalhe o perfil de alguns dos membros da CE eleita. Assim, Fernando Lima Bello, engenheiro civil, era à data empresário. Reputado velejador, fora «proa» de Conde Martins, que, em 1953, tinha conquistado o título de campeão do Mundo da classe Snipe, tendo mais tarde participado como atleta nos Jogos Olímpicos do México de 1968 e, em 1972, nos de Munique. Presidiu à Federação de Vela em 1975/76, tendo assumido o cargo de vogal da CE do Comité em 1976, no elenco de Sales Grade.

Fernando Machado (1916-1993), dirigente muito prestigiado do Sport Algés e Dafundo (SAD), tinha uma personalidade encantadora. Conservador, mas aberto aos novos tempos, católico praticante, agia socialmente em consonância com a sua fé. Fernando Machado era, nessa altura e sem a menor dúvida, o mais importante esteio do Comité. Considerava-se e era, de facto, um servidor do Movimento Olímpico. Sempre recusou, por humildade, todas as propostas que lhe foram feitas para se candidatar ao cargo de presidente do COP. Possuidor de um conhecimento profundo do olimpismo, membro do Comité desde 1951, tesoureiro a partir de 1957, era um intransigente defensor dos preceitos estabelecidos no princípio do século pelo genial criador do olimpismo moderno, o barão Pierre de Coubertin. Fernando Machado marcou indelevelmente uma época e as pessoas que o conheceram de perto, como tive a sorte de ser o meu caso. Ao recordá-lo, curvo-me respeitosamente perante a sua memória, associando-lhe a lembrança de outros notáveis dirigentes olímpicos que conheci, de quem fui amigo e

que, infelizmente, entretanto nos deixaram, como David Sequerra, Celorico Moreira, Robalo Gouveia, Matos Soares, Orlando Ramos, Luís Caldas, Oliveira Duarte, César Torres, Alberto Silveira, João Salgado, Manuel Nicolau e Jorge Cruz.

O Dr. David Sequerra (1943-2016), licenciado em Ciências Históricas, respeitado jornalista desportivo à época, era dotado de uma extraordinária facilidade de escrita. Anos mais tarde foi diretor do COI nos cursos da «Solidariedade Olímpica», organizados na África francófona, e, em 1993, foi muito justamente agraciado pelo Governo português com a Medalha de Mérito Desportivo. O jornalismo e o facto de ter sido selecionador nacional de juniores de futebol tinham-no projetado para a notoriedade pública. Sob a sua égide, uma jovem equipa portuguesa tinha ganho, pela primeira vez, o prestigiado Torneio Internacional de Futebol de Toulon, sucesso a que se juntaria mais tarde, em 1961, a conquista do Campeonato Europeu de Juniores. Sequerra foi o impulsionador e o grande responsável pelas melhoradas relações exteriores do COP a nível internacional.

A escolha de Manuel Moura como tesoureiro revelou-se muito acertada. Dirigente das camadas jovens do futebol no Benfica e na Federação, era também presidente da Federação de Ténis de Mesa. Exercia um controlo total sobre as escassas disponibilidades financeiras do Comité, que nos limitava, mas nos dava um enorme conforto.

Luís Caldas, atleta olímpico, treinador, árbitro e dirigente de lutas amadoras, que fez parte da primeira equipa portuguesa que participou numa competição internacional, realizada em Clermont-Ferrand, França, em 1957, competiu nos Jogos Olímpicos de Roma de 1960. Além disso, esteve presente como dirigente nos Jogos do México, em 1968, e nos de Munique, em 1972. Mais tarde, foi ainda chefe de Missão aos Jogos de Montreal, em 1976 e, como árbitro internacional de lutas, esteve presente em Moscovo e depois, em 1988, em Seul.

No mesmo grupo encontravam-se ainda Robalo Gouveia, ginasta olímpico, presidente da Federação de Ginástica, Celorico Moreira, presidente da Federação de Halterofilia, Eduardo Viana Monteiro, presidente da Federação de Voleibol, e Matos Soares, presidente da Assembleia Geral da Federação de Lutas Amadoras. Todos, sem exceção, contribuíram significativamente para a transformação e modernização do Comité, mesmo aqueles que, por afazeres profissionais e federativos, dispunham de escassa disponibilidade temporal.

Seria injusto olvidar uma figura que, embora não integrasse a lista eleita para a CE, dela fazia parte por inerência: o general Pereira de Castro. Homem ligado ao regime político deposto com o 25 de abril de 1974, membro do Comité Olímpico Internacional (CIO) e amigo pessoal do seu presidente, Juan Antonio Samaranch, figura que recordo com respeito e gratidão. Não obstante a diferença de idades e de patente militar, pois eu era então capitão-tenente, sempre foi muito gentil comigo, apoiando-me sempre, mesmo nas ocasiões em que eu defendi ou procurei a introdução de alterações que contrariavam o funcionamento tradicional instituído no Comité Olímpico.

Na época, grande parte dos responsáveis federativos mostravam apenas um muito escasso interesse pelo Comité. Isso devia-se em parte à forma como os estatutos do COP previam decidir em assembleia plenária a eleição dos Órgãos Sociais, mas, também, à circunstância de o COP não possuir meios financeiros que lhe permitissem ajudar diretamente o desporto federado. Os representantes das federações de modalidades olímpicas, isto é, as constantes do programa competitivo dos Jogos Olímpicos, embora com voto maioritário na assembleia plenária, confrontavam-se muitas vezes com a opinião e mesmo com o voto contrário dos dirigentes «cooptados» ou «transitados», aqueles que, não ocupando cargos federativos, dispunham ainda assim de perto de 50% dos votos.

Os dirigentes «cooptados», embora não integrassem elencos federativos, eram escolhidos para permanecer no Comité pelas suas características pessoais ou profissionais. Antigos e prestigiados dirigentes, com experiência associativa ou federativa, tinham exercido ou exerciam ainda altos cargos em empresas privadas ou no Estado, o que, naturalmente, os qualificava como uma «mais-valia» para o Comité. O mais conhecido e prestigiado membro cooptado era, na época, o excelente dirigente do SAD Fernando Machado.

Quanto aos «transitados», eram ex-dirigentes que tinham pertencido à assembleia plenária ou à CE e que, por terem abandonado a Federação, tinham perdido a representação federativa no COP, mas cuja permanência, não obstante, era desejada. O facto de não possuírem representação federativa, tendo mesmo alguns deles sido opositores eleitorais de dirigentes federativos que agora integravam o Comité, fazia com que fossem recebidos com alguma contrariedade, sentimento que se agravava quando ocupavam cargos nos órgãos sociais do COP.

Em 1981, o Comité Olímpico Português ocupava um modesto rés do chão, alugado na rua Braamcamp, em Lisboa, que possuía meia dúzia de salas, mobília vetusta e janelas tapadas por pesados reposteiros de veludo que mal deixavam penetrar a luz solar. Sobrevivia financeiramente graças a um pequeno subsídio que anualmente recebia do Governo e à escassíssima verba que lhe era atribuída pelo departamento «Solidariedade Olímpica», do COI. Os membros da CE contavam com apenas um funcionário para os ajudar no trabalho administrativo e, ainda assim, a tempo parcial: o saudoso senhor Joaquim Pinto, bancário de profissão, trabalhador esforçado e de uma disponibilidade e dedicação verdadeiramente notável.

Logo nos primeiros meses de mandato, decidimos terminar com uma prática antiga, habitual no Comité, que consistia em que um ou outro membro da CE, financeiramente mais desafogado, se deslocasse a expensas próprias a reuniões no estrangeiro, em representação da entidade, embora sem ter sido para isso designado. Estes representantes oficiosos eram naturalmente convidados para todo o tipo de eventos, incluindo os jantares oficiais, onde os membros do COI e os representantes de outros comités não conseguiam destrinçar quem, entre nós, ali se encontrava efetivamente em representação do Comité de Portugal.

Durante a olimpíada, tanto eu como os restantes elementos da CE que tinham cargos ativos em federações esforçámo-nos por modernizar os métodos de trabalho e alterar o «pensamento oficial» do COP. Procurámos, tanto quanto era possível, acelerar a adesão do Comité às novas correntes de opinião, que à época dividiam o Movimento Olímpico e que estavam a ganhar crescente aceitação. Uma das iniciativas mais importantes foi a redação e posterior aprovação de um novo estatuto do COP. Ainda que mantendo a existência da figura de dirigentes «cooptados» e «transitados», os representantes federativos das modalidades olímpicas passaram a beneficiar de uma maioria obrigatória na Comissão Executiva. A iniciativa desta alteração partiu, muito naturalmente, dos membros da CE que presidiam a federações e a mudança traduziu-se num efetivo abrir de portas do Comité Olímpico ao desporto federado.

Outra importante decisão tomada foi a constituição de uma reunião plenária de representantes federativos no seio do COP, designada por Assembleia do Desporto Federado (ADF), e que funcionava paralelamente à assembleia plenária. Este novo areópago, dirigido pelo presidente do Comité, procurou criar um espaço de debate comum a todas as federações, olímpicas ou não.

O presidente do Comité Internacional Olímpico (CIO), Juan Antonio Samaranch, fez-nos entretanto uma visita, com o objetivo de entregar ao Ginásio Clube Português a muito prestigiada Taça Olímpica e, em simultâneo, galardoar o cavaleiro brigadeiro Henrique Calado (1920/2001). Este foi um excelente cavaleiro olímpico, que se qualificou em 7.º lugar nos Jogos de Melbourne e em 10.º nos de Roma. Além disso, venceu ainda 16 das 22 Taças de Ouro da Península, prova popular na época, e 13 Taças das Nações.

Tive ocasião de, nessa altura e pela primeira vez, contactar pessoalmente com Samaranch, que me impressionou pela forma como irradiava confiança pessoal, dando a impressão de controlar tudo o que se passava à sua volta. Muito embora tivesse perfeita noção de que estava perante um representante de um passado que, afanosamente, Portugal procurava esquecer, fiquei atraído pela sua personalidade.

Em maio de 1982, com o objetivo de melhorar o seu nível funcional, a Comissão Executiva decidiu criar nove diferentes pelouros de atividade, definidos e distribuídos pelos membros, sendo o importante pelouro de Critérios Seletivos/Preparação Olímpica atribuído à responsabilidade de Lima Bello, Celorico Moreira e de mim próprio. A criação destes pelouros constituiu uma importante modificação nos hábitos de trabalho do Comité, onde agora, pela primeira vez, todos os membros da CE passavam a ter tarefas a desempenhar, evitando o que até aí tinha acontecido frequentemente, que alguns membros comparecessem lá apenas para marcar presença nas reuniões.

Em dezembro de 1983, por iniciativa de David Sequerra, realizou-se na aldeia das Açoteias, no Algarve, a denominada Operação Seul, cuja ideia, segundo o seu mentor, era reunir um grupo de jovens atletas dos dois géneros, com idades compreendidas entre os 13 e os 17 anos, e que as respetivas federações considerassem suscetíveis de poder participar nos Jogos de Seul, em 1988. A iniciativa permitia explicar aos jovens atletas os

fundamentos do olimpismo, especialmente os seus valores, ao mesmo tempo que criava uma oportunidade de competirem entre si e aperfeiçoarem a sua condição de atletas, reunidos num salutar convívio. Esta iniciativa, que se perpetuou no tempo, continua hoje a efetuar-se, ainda que em moldes diferentes, mas com os mesmos objetivos.

Nesse mesmo ano, recebi, numa cerimónia que teve lugar em Viseu, o prémio Gandula, galardão atribuído a dirigentes desportivos criado por iniciativa do jornalista brasileiro Wilson Brasil, redator do jornal *Gazeta dos Desportos*. Como curiosidade, esteve presente na cerimónia o famoso jogador do FC Barcelona Diego Maradona, o *Pelusa*, como era conhecido na infância. Maradona, que se deslocara a convite de Wilson Brasil, fez-se acompanhar por Jorge Sisrepiler, jovem amigo do seu bairro de origem em Buenos Aires que, apesar da mobilidade reduzida devido à poliomielite, se encarregava de gerir a sua carreira. Guardo uma forte recordação desta cerimónia, por ter sido o primeiro galardão que me foi entregue na qualidade de dirigente desportivo, o que foi motivo de enorme satisfação, voltando mais tarde, em 1989, a receber outro prémio idêntico, desta vez em Rio Maior.

Na situação em que me encontrava nessa altura, e pelo volume de trabalho que estava sob a minha responsabilidade, tinha muita dificuldade em conciliar as minhas obrigações de Oficial da Armada com o trabalho de secretário-geral da Federação de Natação, a que se juntavam agora as minhas responsabilidades no Comité. Se tal consegui fazer, foi graças a ter abdicado, em grande parte, das atividades de lazer, de descanso, do apoio à família, e de ter beneficiado da compreensão dos meus chefes na Armada. Por isso, são devidas as minhas tardias mas sinceras desculpas à minha esposa, filha, neta e neto.

A criação do Comité Olímpico Português

No início do século XIX, o Portugal europeu era um pequeno território, com pouco mais que 92 000 quilómetros quadrados, povoado por 3,5 milhões de habitantes, predominantemente agricultores, muito empobrecidos pelas invasões francesas, pela independência do Brasil e pelas chamadas Guerras Liberais. Devido às tensões sociais daí resultantes e ao repúdio popular das novas leis de carácter fiscal e de recrutamento militar, em 1846 eclodiu no Minho a sublevação popular que ficou conhecida por Revolução da Maria da Fonte, nome da mulher que esteve na origem dos motins.

A revolta às leis publicadas pelo Governo de Costa Cabral teve o seu início na Póvoa de Lanhoso, espalhando-se depois por toda a região norte do país. Para pôr termo à Revolução, a rainha D. Maria II (1819-1853) substituiu primeiro Costa Cabral pelo duque de Palmela, mas, em resultado de um golpe palaciano, acabou por demiti-lo, nomeando em seu lugar o duque de Saldanha. A demissão do duque de Palmela foi um elemento desencadeador da guerra civil, que terminou apenas em 1847, pela intervenção de forças militares estrangeiras pertencentes à Quádrupla Aliança, nascida em

Londres em 1834, integrando os governos do Reino Unido, França, Espanha e Portugal, cujo objetivo era impor o regime liberal nos reinos ibéricos.

A morte de D. Maria II, em 1853, fez subir ao trono D. Pedro V, que conseguiu durante o seu reinado conciliar o povo com a Coroa, passando a vigorar no país um regime constitucional. Infelizmente, durante esse período, Portugal foi assolado por uma epidemia de cólera, que se estendeu de 1853 a 1856, seguindo-se depois, de 1856 a 1857, uma outra, desta vez de febre amarela. Em 1861, D. Pedro V morreu de febre tifoide, sucedendo-lhe no trono o seu irmão D. Luís, cujo reinado se estendeu até 1889, ano da sua morte. Apesar da paz social que se vivera durante este período, os sucessivos governos foram, contudo, incapazes de introduzir na nação as mudanças necessárias para acompanhar os restantes países europeus.

Em 1885, a famosa Conferência de Berlim, organizada pelo chanceler do Império Alemão Otto von Bismarck, determinou a partilha do continente africano pelas potências europeias. Como consequência das resoluções da conferência, Portugal viu-se na obrigação de enviar, em 1887, grupos expedicionários destinados a explorar os territórios que intermediavam as colónias portuguesas de Angola e Moçambique e assegurar o seu controlo e pacificação, obrigando, simultaneamente, o país a ocupar, de forma efetiva, as suas colónias em África. Foi destas árduas e prolongadas campanhas militares que nasceu em Portugal um corpo de oficiais ditos africanistas e antiliberais, que viriam mais tarde a ter um papel determinante nos destinos do país.

A subida ao trono do rei D. Carlos, em 1889, foi recebida com ceticismo pela população portuguesa, sentimento que se agravou no ano seguinte, com a apresentação do «ultimato» da Grã-Bretanha exigindo o abandono do vasto território conhecido em Portugal por «Mapa Cor-de-Rosa», que referia a cor que, na carta geográfica elaborada em 1886 pela Sociedade de Geografia de Lisboa, marcava a região compreendida entre o território de Angola, na costa oeste africana, e o de Moçambique, na costa leste. O choque e a humilhação provocada pela pronta cedência da Coroa à exigência inglesa agravou significativamente a crise política e social em Portugal, originando grandes manifestações populares e alguns tumultos de rua contra a *Velha Albion* e a passividade do Governo do país.

Em maio de 1891, com o crescente agravar da crise política, a circulação de papel-moeda foi suspensa, e Portugal viu-se obrigado a abandonar o padrão-ouro, regime cambial internacional então em vigor, acabando mesmo o Estado português por declarar bancarrota no ano seguinte. A situação política e económica e a consequente perda de prestígio da Coroa vieram facilitar o caminho aos ativistas políticos republicanos que desejavam o fim da monarquia. D. Carlos não só não evitou, como não conseguiu depois contrariar o desprestígio do regime e da família real, culminando o processo no seu assassinato a tiro, no Terreiro do Paço, em Lisboa, do seu filho, o príncipe D. Luís, herdeiro da Coroa.

Com o regicídio, os estratos mais desfavorecidos da população voltaram as atenções para os políticos republicanos, que lhes prometiam, com a implantação da República, a regeneração do país. As revoltas sucederam-se, a agitação acentuou-se e, a 5 de outubro de 1910, a monarquia caiu e José Relvas proclamou a república da varanda da Câmara Municipal de Lisboa.

Recuando, contudo, a 1885, a situação social do país era tal, que cerca de metade dos mancebos que se tinham apresentado à inspeção militar foram considerados inaptos, por falta de altura, peso ou saúde. Os portugueses, por pobreza, atraso ou ignorância, possuíam, na sua grande maioria, hábitos higiénicos deploráveis e alimentavam-se deficientemente. Repetidamente, eram confrontados com doenças epidémicas, que lhes transformavam a vida num inferno. A tuberculose era endémica. A república herdou do regime monárquico uma muito elevada mortalidade infantil e uma população com uma taxa de analfabetismo superior a 69%.

Alguns dos nobres e membros da alta burguesia, ricos graças ao comércio com as colónias, viajavam regularmente pela Europa. Assim, aperceberam-se da crescente adesão dos países europeus ao olimpismo, criado recentemente por Pierre de Coubertin. Porém, o que verdadeiramente os entusiasmava, mais do que qualquer outro argumento, era aquele que o barão utilizava em França para obter a atenção e o apoio do Governo e dos seus concidadãos, o da «necessidade de travar o enfraquecimento da raça».

Os nossos compatriotas pensaram, naturalmente, que se a iniciativa do barão se repetisse em Portugal poderia suster a crescente debilidade física da juventude. Em 1906, durante uma visita a Paris, o rei D. Carlos encontrou-se com o barão Pierre de Coubertin, que aproveitou a oportunidade para lhe solicitar a indicação de uma pessoa que pudesse integrar o Comité Olímpico Internacional. Sem hesitar, D. Carlos indicou-lhe o médico que o acompanhava, o Dr. António Lencastre. Sabemos que este ficou agradado com a indicação, como provam os termos da carta que enviou ao barão a 9 de julho de 1906, a agradecer pelo facto de ter sido aceite como representante de Portugal no COI.

A realidade social, política e económica do país fazia com que os portugueses, na sua esmagadora maioria, desconhecessem as vantagens e a função da prática desportiva. Muitos médicos desaconselhavam mesmo aos seus doentes a prática de atividades físicas, dizendo-lhes que os fadigaria. Não era esse, contudo, o entendimento do médico José Pontes, dado ter-se associado a José Capelo Frazão, primeiro conde de Penha Garcia, e ao jornalista Manuel Egreja, que procuraram juntos um meio de implementar a educação física e a prática de desporto no país.

Há alguns anos que as elites lisboetas praticavam atividades desportivas, como a vela e o remo, na Real Associação Naval de Lisboa, agremiação fundada em 1856, e atividades gímnicas no Real Ginásio Clube Português, criado em 1875. Foi, aliás, este clube que introduziu a chamada ginástica sueca em Portugal, atividade física criada

pelo pedagogo sueco Henrik Ling (1776-1839), cujos métodos contribuíram para a criação da disciplina de Educação Física. Por sua vez, na cidade do Porto, era o Real Clube Fluvial Portuense que estava na vanguarda, desde 1876.

A população portuguesa desconhecia os benefícios da prática desportiva, mas gostava das competições a que assistia e entusiasmava-se com elas. Por esse motivo, algumas pessoas abalançaram-se a criar clubes desportivos nas localidades onde residiam ou compraziam-se a organizar provas desportivas. Os praticantes iam-se apercebendo, assim, pouco a pouco, das virtudes da prática desportiva, sentindo-se mais saudáveis, com mais apetite e com melhor domínio do corpo.

Militares e civis, uns por necessidade profissional, outros por prazer, começaram a participar em provas hípicas. Uma equipa hípica militar portuguesa fez frente a experientes cavaleiros vindos de Itália, França, Bélgica e Espanha na cidade basca de San Sebastian.

Em Carcavelos, na costa do Estoril, residiam então súbditos ingleses que tinham a seu cargo fiscalizar a amarração do cabo submarino de comunicações e que eram alvo da curiosidade da população local, que os observava com interesse quando praticavam um desporto até então desconhecido, o futebol.

Numa das viagens que fazia regularmente a Inglaterra, Guilherme Pinto Basto deixou-se seduzir pelos encontros de futebol a que assistiu, motivo pelo qual decidiu comprar uma bola, antes de regressar a Portugal. Pouco tempo depois, em outubro de 1888, viria a organizar em Cascais uma partida de futebol entre um grupo de amigos. No ano seguinte, a 22 de janeiro, no local onde hoje se situa a Praça de Touros do Campo Pequeno, Pinto Basto levou a efeito o primeiro jogo «oficial» de futebol no nosso país, colocando frente a frente um grupo de portugueses e uma equipa britânica. O primeiro jogo de futebol disputado entre as cidades de Lisboa e do Porto realizou-se anos mais tarde, em março de 1894, contando na assistência com o rei D. Carlos, que ofereceu a taça da competição.

No final do século XIX, Portugal contava já com um número significativo de clubes de futebol, principalmente em Lisboa, mas também no Porto e em Viana do Castelo. O Sporting Clube de Portugal (SCP) teve a sua origem no Belas Football Clube, fundado em 1902. Divergências internas fizeram com que alguns dirigentes abandonassem o clube, entre eles José Alvalade, que, recorrendo à ajuda financeira e à disponibilização de terrenos feita pelo seu avô, o visconde de Alvalade, fundou o clube, em 1906.

O médico e jornalista José Pontes, mais tarde presidente do Comité Olímpico, e membro do Comité Olímpico Internacional, entusiasmado com a nova modalidade desportiva, organizou nos finais de 1904 o primeiro Campeonato Nacional de Luta Greco-Romana. A final da competição teve lugar a 4 de janeiro de 1905 no Teatro da Trindade, em Lisboa, sagrando-se vencedor o lutador César Melo. A luta praticava-se nessa altura em Lisboa, no Porto, em Coimbra, em Braga e em mais algumas outras cidades, todas situadas a norte do rio Tejo.

Quanto ao ciclismo, os registos dizem-nos que as primeiras competições se realizaram em Santarém, em 1893, e que a primeira pista surgiu no ano seguinte, na Cidade Invicta, por iniciativa do Velo Clube do Porto. Coimbra e Aveiro seguiram-lhe depois as pisadas, criando clubes da modalidade. Na capital, foi fundado também o Velo Clube de Lisboa, e o Real Ginásio Clube Português e o Clube Naval de Lisboa inauguraram também, por sua vez, secções de ciclismo. O Velódromo D. Carlos, situado nas imediações de Algés, foi inaugurado pela rainha Dona Amélia em junho de 1896.

Na Figueira da Foz, o Ginásio Clube Figueirense, fundado em janeiro de 1895, embora se dedicasse à prática de várias modalidades desportivas, tornou-se conhecido sobretudo pelo ciclismo. As primeiras provas velocipédicas realizaram-se no Campo Grande, em Lisboa, em agosto de 1995, e foram organizadas pelo Velo Clube de Lisboa. José Bento Pessoa, atleta do Ginásio Figueirense, venceu o primeiro Campeonato Nacional e, porque ganhava com muita facilidade as provas em que participava, convencido de que não tinha competidor à sua altura em Portugal, filiou-se na União Velocipédica de Espanha. Passando a competir como profissional, Pessoa tornou-se o primeiro campeão de fundo de Espanha, ao vencer os 100 quilómetros de Ávila a 12 de abril de 1897. No mês seguinte, na inauguração do Velódromo de Madrid, Bento Pessoa venceu a prova dos 500 metros contra o melhor ciclista mundial, o campeão francês Dumont, que, tendo-se classificado no segundo lugar, rendeu-se às potencialidades competitivas do português e tornou-se seu treinador. Passado mais de um século, por amável convite do Ginásio Clube Figueirense, fiz parte da Tertúlia Bento Pessoa, grupo criado em 2001 com o objetivode homenagear e recordar, através da atribuição de prémios a dirigentes, técnicos e atletas, o excecional ciclista. A 14 de dezembro de 1899, fundou-se em Lisboa a União Velocipédica Portuguesa, depois Federação Portuguesa de Ciclismo.

Relativamente ao atletismo, segundo o Dr. Salazar Carreira, ex-atleta e dirigente da Federação Portuguesa de Atletismo, a primeira prova da modalidade realizou-se a 13 de maio de 1904, nos terrenos do Lisboa Cricket Clube, situado na Cruz Quebrada. Quanto à maratona, a primeira foi organizada em outubro de 1907 pelo jornal *Tiro e Sport*, mas com uma distância inferior à oficial.

A natação, como modalidade desportiva, teve o seu início em 1906, quando o Real Ginásio Clube Português organizou a primeira competição, nas águas da baía do Alfeite. No ano seguinte, o mesmo clube organizou a 1.ª Meia-Milha de Natação, que decorreu ao longo do rio Tejo. A primeira Travessia do Tejo, por sua vez, realizou-se em 1907, num percurso de aproximadamente 2500 metros, entre a praia da Trafaria e o areal de Pedrouços; venceu o nadador João Barata.

Neste ano, foi criada a Liga Portuguesa dos Amadores de Natação, mas dissidências entre clubes e pessoas fizeram com que só a 19 de agosto de 1930 tivesse sido possível reunir, nas instalações do Ateneu Comercial de Lisboa, os representantes dos 14 clubes filiados e os dirigentes de uma outra associação, designada por Federação de Natação.

Na reunião, o Sport Algés e Dafundo fez-se representar por Basílio dos Santos Júnior e o Sporting Clube de Portugal por Saramago Simões. Aprovados os estatutos da Federação Portuguesa de Natação, o representante do Algés foi eleito presidente da Direção e o do Sporting presidente do Congresso da FPN.

No conturbado período do fim da monarquia, apesar do torvelinho político que fazia estremecer os alicerces da nação, inacreditavelmente, um grupo de amantes da prática desportiva, preocupado com o depauperamento físico da juventude portuguesa e com o atraso do país no que dizia respeito à prática desportiva, lançou-se na ingente tarefa de criar uma associação desportiva de âmbito nacional destinada a alterar esta situação. A iniciativa deveu-se, principalmente, ao conde de Penha Garcia, tendo contudo o apoio de José Pontes e de um pequeno grupo de dirigentes desportivos. A 26 de outubro de 1909, graças à tenacidade deste grupo de entusiastas, foi fundada a Sociedade Promotora de Educação Física Nacional (SPEFN). Num artigo publicado no jornal *O Século* em 1909 é apresentada a Direção eleita e expostos em pormenor os objetivos da SPEFN: «O avanço progressivo da prática desportiva e a marcha evolutiva das questões de higiene e ginástica racional exigiam a unificação de todos os trabalhos, para que estes obtivessem a natural estabilidade e persistência. A essa tarefa espinhosa se dedicaram alguns entusiastas pela causa da cultura corpórea e daí nasceu a Sociedade Promotora de Educação Física Nacional».

Ainda que assim tivesse sido, como O Século noticia, o facto é que Aníbal Pinheiro, um dos fundadores da SPEFN, afirma no n.º 426 da revista *Tiro e Sport*, embora talvez por erro, que a fundação da SPEFN se realizou três meses antes da data indicada, a 8 de julho de 1909. Podendo haver dúvidas quanto à data de fundação da SPEFN, certo é que ela foi extinta no dia 26 de outubro de 1913, significativamente quatro anos depois, dia por dia, da data de fundação indicada pelo jornal *O Século*.

A 27 de novembro de 1909, realizou-se a primeira assembleia geral da SPEFN, convocada por Mauparrin Santos, Jorge Cid, António Martins, Pedro Ferreira, Câmara Leme, Eduardo Castro, Silva Lopes e Aníbal Pinheiro, destinada a aprovar o estatuto e eleger o corpo diretivo. Aprovado o primeiro, foram eleitos por aclamação o conde de Penha Garcia, como presidente da SPEFN, o Dr. Mauparrin Santos, como vice-presidente, António Martins e Aníbal Pinheiro, como secretários, José Ferreira, como tesoureiro, e os vogais Aurélio Ferreira, Reis Santos, Costa Sacadura, Pinto Miranda, Januário Barreto e Sá Oliveira.

O conde de Penha Garcia, deputado e ministro da Fazenda, ainda que tendo sido eleito presidente da SPEFN, devido às suas responsabilidades políticas, as suas funções foram assumidas por Mauparrin Santos. O primeiro presidente da SPEFN foi, por isso, de facto, o Dr. Mauperrin Santos, diretor da Escola Académica e grande defensor da prática desportiva escolar. Na Assembleia, foram constituídas várias comissões, sendo atribuída ao Dr. José Pontes a responsabilidade da Propaganda.